REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UNESP-UNICAMP-PUC-SP)

Regimento interno do programa de pós-graduação em Relações Internacionais (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), interinstitucional, curso(s) de mestrado e de doutorado acadêmicos.

TÍTULO I

DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º O programa de pós-graduação em Relações Internacionais (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), cursos de mestrado e de doutorado acadêmicos interinstitucional, oferecido em associação com a Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Parágrafo único. As instituições que integram o programa de pós-graduação em Relações Internacionais são denominadas de Instituições de Ensino Superior (IES) associadas.

Art. 2º O programa de pós-graduação em Relações Internacionais visa à formação qualificada de pessoas, segundo a missão da Unesp, Unicamp e PUC-SP, e os critérios de excelência acadêmica das diferentes áreas do saber, para produzir, aplicar e difundir o conhecimento.

TÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Art. 3º O programa de pós-graduação em Relações Internacionais (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), levará aos títulos de mestre em Relações Internacionais ou de doutor em Relações Internacionais.

Art. 4º Em casos excepcionais, a equivalência devida dos créditos e a frequência e ouvida a Congregação das unidades universitárias ou órgão deliberativo equivalente, poderão ser concedidos a docentes, pesquisadores e profissionais de reconhecida qualificação título de doutor mediante a aprovação em defesa direta de tese, definida em instrução normativa do conselho gestor.

CAPÍTULO I

DOS CRITÉRIOS PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO PROGRAMA

Art. 5º O programa é estruturado e regido em seus aspectos gerais pelos critérios de qualidade estabelecidos pelas legislações do Ministério da Educação – MEC, pelo Sistema Nacional de Pós-graduação e pelas normas da Unesp, da Unicamp e da PUC-SP.

TÍTULO III

DA INFRAESTRUTURA E DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADAS

Art. 6º O programa de pós-graduação em Relações Internacionais possui caráter Interinstitucional, oferecido em associação com as instituições previstas no artigo 1º deste regimento, todas responsáveis pela infraestrutura de ensino, de pesquisa e administrativa a saber:

I – ter corpo docente adequado e compatível para a oferta regular dos cursos que atendam aos critérios de produção para integrar o quadro de docentes permanentes;

II – dispor de infraestrutura adequada para a oferta regular dos cursos, apresentando claramente biblioteca, laboratórios e ferramentas de ensino compatíveis com o número de vagas a ser ofertado;

III – apresentar adesão formal do dirigente máximo da instituição ou representante legalmente constituído, garantindo as condições plenas de funcionamento do curso.

Art. 7º Cada instituição associada é responsável pelos registros acadêmicos, expedição de documentos e providências para a emissão e registro de diplomas dos alunos por ela matriculados.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO E DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 8º O programa estrutura-se em três níveis:

I – conselho superior;

II – conselho gestor;

III – colegiado do curso.

Art. 9º O conselho superior constitui instância consultiva, normativa e deliberativa, integrado pelos seguintes membros:

I – representante da Pró-reitoria de Pós-graduação da instituição associada coordenadora indicado pelo seu dirigente máximo;

II – representante de Pró-reitoria de Pós-graduação de uma das demais IES associadas;

III – coordenador geral do conselho gestor.

§ 1º Os membros deste conselho definidos nos incisos II e III deste artigo terão mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º O presidente deste conselho será o representante da Pró-reitoria de Pós-graduação da instituição associada coordenadora.

Art. 10. São atribuições do conselho superior:

I – acompanhar atividades do programa atentando para a sua excelência acadêmica e administrativa;

II – aprovar alterações pertinentes à área de concentração, às linhas de pesquisa e à matriz curricular;

III – decidir sobre a associação e desassociação de instituições no programa;

IV – acompanhar processo de autoavaliação ao longo do período de avaliação do Sistema Nacional da Pós-graduação.

Art. 11. O conselho gestor constitui instância normativa e executiva integrado pelos seguintes membros:

I – coordenador geral, seu presidente, escolhido entre os docentes da Unesp credenciados no programa;

II – vice coordenador, escolhido entre os docentes da UNICAMP e da PUC/SP credenciados no programa;

III – um docente representante de cada instituição associada;

IV – discente do programa escolhido por seus pares.

§ 1º Nas faltas ou impedimentos do coordenador geral, o vice-coordenador assumirá a presidência deste conselho.

§ 2º O mandato de coordenador e do vice coordenador será de 4 anos e coincidente com o mandato deste conselho, sendo permitida uma recondução.

§ 3º No caso de vacância da função de coordenador ou da de vice coordenador proceder-se-á a nova escolha, segundo o disposto no §2º deste artigo, para conclusão do mandato.

§ 4º Nas ausências do coordenador e do vice-coordenador, assumirá a presidência o membro do conselho mais titulado e, no caso de empate, o de mais tempo na respectiva IES.

§ 5º O mandato do representante discente será de um ano.

Art. 12. São atribuições do conselho gestor:

I – coordenar a execução e organização das ações e atividades do programa, visando sua excelência acadêmica e administrativa;

II – propor ao conselho superior alterações, quando necessárias, pertinentes à estrutura acadêmica;

III – elaborar e encaminhar ao conselho superior relatório anual das atividades desenvolvidas;

IV – elaborar o edital para o processo seletivo.

V – coordenar a elaboração e realização dos processos seletivos;

VI – definir o calendário anual para as atividades acadêmicas;

VII – propor anualmente o número de vagas para ingresso de alunos no programa, respeitadas normas das IES associadas;

VIII – decidir sobre o credenciamento e o descredenciamento de docentes;

IX – propor ao conselho superior modificações neste regimento.

Art. 13. O colegiado do curso constitui instância deliberativa e executiva, com composição, mandato e atribuições nas formas definidas em normas de cada instituição associada.

CAPÍTULO II

CORPO DOCENTE

Art. 14. O corpo docente será constituído de acordo com o estabelecido em normas e regulamentos internos das IES associadas, levando em consideração os critérios de qualidade estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pós-graduação.

Art. 15. O núcleo permanente do programa deverá ter docentes que atendam aos

seguintes requisitos:

- I – apresentar produção científica e/ou técnica coerente com a proposta do programa;
- II – participar na categoria de docente permanente no máximo em 2 (dois) programas de pós-graduação stricto sensu.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Art. 16. O credenciamento e o descredenciamento dos docentes serão definidos pelo conselho gestor observados critérios que digam respeito à produção científica e acadêmica no período de avaliação do Sistema Nacional da Pós-graduação, contemplando, no mínimo, as seguintes condições:

- I – ter orientação concluída no programa no período de avaliação do Sistema Nacional da Pós-graduação;
- II – comprovar produção científica e técnica resultante de orientação no programa;
- III – ter ministrado disciplinas no programa no período de avaliação do Sistema Nacional da Pós-graduação.

Art. 17. O processo e os prazos de credenciamento e descredenciamento de docentes devem obedecer às regras do colegiado do curso de cada instituição associada.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO E COORIENTAÇÃO

Art. 18. O número máximo de orientandos por orientador será estabelecido levando-se em consideração as normas e os regulamentos internos das IES associadas e os critérios da área de avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação.

Parágrafo único. Poderá ser aprovada pelo conselho gestor a transferência de orientando para outro orientador, por proposta de um ou de outro e com a anuência dos envolvidos.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA

CAPÍTULO I

DO MESTRADO E DO DOUTORADO

Art. 19. Para a obtenção do título de mestre o aluno deverá integralizar o número de créditos a seguir:

- I – 60 créditos na elaboração da dissertação de mestrado ou de trabalho equivalente;
- II – 16 créditos em disciplinas do programa e de instituições brasileiras ou estrangeiras;
- III – 24 créditos em atividades complementares, definido pelo conselho gestor.

§ 1º Comprovar proficiência em uma língua estrangeira, sendo esta compreendida como língua não materna do candidato ao mestrado, em até 18 meses após a matrícula, conforme definido em instrução normativa do conselho do programa.

§ 2º Ser aprovado em exame geral de qualificação conforme definido em pelo conselho gestor.

§ 3º Ser aprovado na defesa da dissertação ou de trabalho equivalente no prazo máximo de 24 meses.

Art. 20. Para a obtenção do título de doutor o aluno deverá integralizar o número de créditos a seguir:

I – 60 créditos na elaboração da tese de doutorado ou de trabalho equivalente;

II – 16 créditos em disciplinas do programa e de instituições brasileiras ou estrangeiras;

III – 24 créditos em atividades complementares, definido pelo conselho gestor.

§ 1º Comprovar proficiência em duas línguas estrangeiras sendo estas compreendidas como línguas não maternas do candidato ao mestrado, em até doze meses após a matrícula, conforme definido em instrução normativa do conselho gestor.

§ 2º Ser aprovado em exame geral de qualificação conforme definido em pelo conselho gestor.

§ 3º Ser aprovado na defesa da tese ou de trabalho equivalente no prazo máximo de 48 meses.

4º Os casos de prorrogação de prazos para cumprimento dos requisitos e de outras exigências para titulação previstos neste regimento, serão definidos pelo conselho gestor.

CAPÍTULO II

DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

Art. 21. Mediante proposta do orientador e a critério do conselho gestor, o aluno regularmente matriculado poderá ter aproveitados créditos obtidos em disciplinas cursadas em programas de pós-graduação.

Art. 22. O prazo máximo para integralização dos cursos compreende o período entre a data de início das atividades do aluno no programa e a data da defesa da dissertação ou da tese ou de trabalho equivalente.

TÍTULO V

DO CORPO DISCENTE

Art. 23. O corpo discente será constituído por alunos regulares portadores de diploma de graduação aprovados em processo seletivo e aceitos por um orientador.

CAPÍTULO I

DA OFERTA DE VAGAS

Art. 24. O programa poderá prever vagas nos editais, sem prejuízo do número de vagas disponibilizadas anualmente para exame de ingresso de alunos, contemplando o ingresso por fluxo contínuo de alunos de origem estrangeira e candidatos refugiados e outras formas de ingresso previstas em normas das IES associadas.

Parágrafo único. Os critérios para atendimento às vagas dispostas neste artigo serão definidos em edital.

CAPÍTULO II DA MATRÍCULA

Art. 25. Dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico, o candidato selecionado deverá requerer sua matrícula na instituição associada a qual será vinculado.

Art. 26. Solicitações de suspensão ou trancamento de matrícula ou de disciplina serão avaliadas pelo conselho gestor, observando o previsto na legislação vigente.

Parágrafo único. Não será permitida a suspensão ou o trancamento de uma mesma disciplina mais de uma vez.

CAPÍTULO III DO ALUNO ESPECIAL

Art. 27. Na hipótese da existência de vagas em disciplinas e mediante processos definidos e autorização do conselho gestor, o programa admitirá alunos especiais.

Parágrafo único. Alunos da graduação poderão ser admitidos para matrícula em disciplinas no programa, na condição de alunos especiais mediante aprovação do conselho gestor, ouvido o responsável pela disciplina.

CAPÍTULO IV DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, TRANSFERÊNCIA, DESLIGAMENTO E READMISSÃO DE DISCENTES

Art. 28. Para inscrever-se no processo seletivo o candidato deverá apresentar os documentos especificados em edital.

Art. 29. Terá direito a matrícula o candidato aprovado no exame de seleção e classificado dentro do número de vagas oferecidas.

Art. 30. Cada aluno regular será orientado em suas atividades por um orientador credenciado no programa, podendo haver um ou mais coorientador(es).

§ 1º O orientador deverá formalizar a aceitação do respectivo orientando por escrito, em documento que deverá constar no prontuário do aluno.

§ 2º A indicação de coorientador deverá obedecer às normas das IES associadas.

Art. 34. O orientador poderá solicitar a aprovação do conselho gestor, para mudança de nível do aluno regularmente matriculado no curso de mestrado para o curso de doutorado, obedecendo normas de cada Instituição.

Art. 31. Havendo vagas e com anuência do orientador, será aceita a transferência de aluno de outro programa de pós-graduação de área afim para este programa.

Art. 32. O aluno será desligado do programa nas seguintes situações:

I – ausência de renovação de matrícula;

II – ausência de defesa de dissertação, tese ou trabalho equivalente no prazo estabelecido no parágrafo 3º dos artigos 18 e 19;

III – reprovação na defesa de dissertação, tese ou trabalho equivalente;

IV – iniciativa própria;

V – mediante solicitação do orientador, junto ao conselho do programa, com justificativa, garantido o direito de defesa do aluno;

VI – medida disciplinar;

VII – outras situações não previstas acima, a critério do conselho do programa, garantido o direito de defesa do aluno.

Art. 33. O conselho gestor definirá critérios para readmissão de alunos.

TÍTULO VI

DO REGIME DIDÁTICO

Art. 34. O ano letivo do programa de pós-graduação será dividido em semestres para atender às exigências de planejamento didático e administrativo, conforme calendário escolar aprovado pelo colegiado do curso das IES associadas.

Art. 35. As disciplinas do programa serão oferecidas em português ou língua estrangeira respeitadas normas do conselho gestor.

Art. 36. A cada semestre, o aluno matriculado no programa deverá obrigatoriamente inscrever-se em atividades definidas pelo conselho gestor.

Art. 37. A frequência em cada disciplina deverá corresponder a, no mínimo, setenta e cinco por cento do total de horas programadas.

CAPÍTULO I

DA DISSERTAÇÃO, DA TESE OU DO TRABALHO EQUIVALENTE

Art. 38. Para obtenção do título de mestre ou de doutor é obrigatória a aprovação na defesa de dissertação, da tese ou de trabalho equivalente respeitadas normas de cada instituição associada.

Art. 39. Caberá ao colegiado de curso propor ao conselho gestor a definição dos membros que constituirão a comissão examinadora.

Art. 40. No julgamento da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado ou de trabalho equivalente serão atribuídos conceitos ou notas conforme procedimentos adotados para este fim, pelas IES associadas.

Parágrafo único. No caso de reprovação, cada examinador deverá emitir parecer circunstanciado.

CAPÍTULO II

DA EMISSÃO DE DIPLOMAS

Art. 41. O diploma de mestre ou de doutor será emitido aos alunos pelas IES associadas por elas matriculadas.

Parágrafo único. No verso do diploma deverá constar que o programa é oferecido em associação com as instituições previstas neste regimento.

TÍTULO VII

DOS CRITÉRIOS PARA ASSOCIAÇÃO E DESASSOCIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES

Art. 42. A associação e desassociação de Instituições poderão ocorrer respeitados os critérios de qualidade que norteiam o programa.

Art. 43. A desassociação de uma Instituição poderá ocorrer em função de solicitação, desde que não prejudique o bom andamento do programa, ou por deliberação do conselho superior.

Art. 44. A permanência de cada instituição associada está sujeita à análise quadrienal, coincidente com avaliação da do Sistema Nacional da Pós-graduação, pelo conselho superior, fundamentada nos seguintes critérios:

I – efetiva execução do plano de gestão do programa;

II – qualidade da produção científica e técnica gerada pelos docentes permanentes de cada instituição associada.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. Os casos omissos serão resolvidos conforme o grau de competência e oportunidade pelo conselho superior e pelo conselho gestor.

Art. 46. Este Regimento entrará em vigor na data de aprovação pelas respectivas IES associadas.